

SÉRIE II
NÚMERO 16

cadernos do arquivo municipal

JULHO - DEZEMBRO 2021

**MATERIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO QUE CONSTROEM O PATRIMÓNIO EDIFICADO:
CORRELAÇÕES, USOS, PAISAGENS - VOLUME I**

coordenação científica: Marluce Menezes, António Santos Silva e Maria do Rosário Veiga

ISSN 2183-3176





Os **Cadernos do Arquivo Municipal** são uma revista científica de acesso aberto e de periodicidade semestral, editada pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal. Esta revista tem por objetivo divulgar o acervo à sua guarda. Publica texto científicos, inéditos e inovadores, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas (História, História de Arte, Antropologia, Sociologia, Geografia, Arquitetura, Urbanismo, entre outras), sujeitos a arbitragem científica em regime de duplo anonimato. O conteúdo da revista é de âmbito internacional e é dirigido a estudantes e investigadores, assim como ao público em geral.



cadernos do arquivo municipal

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

2ª série nº 16 julho - dezembro 2021

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Direção

Helena Neves

Coordenação Científica do Dossier Temático

Marluci Menezes, António Santos Silva, Maria do Rosário Veiga

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Editores

Ana Ribeiro (Departamento de Património Cultural/CML, Portugal)

Ana Saraiva (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Denise Santos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Marta Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Martins (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Rui Paixão (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal; CEHCP- Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Comunicação

Pedro Cordeiro

Susana Santareno

Periodicidade

Semestral

Capa

Plano pormenor da construção do telhado do Edifício dos Serviços Administrativos da Expo'98.

Diapositivo de gelatina e prata em acetato de celulose, Homem à Máquina, 35 mm com caixilho, 1997-02-27.

Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/PAE/GFOT/01/0336/336035



Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade, lote 3 a 6

1070-017 Lisboa

Telefone: 218 177 200

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt



arquivomunicipal de lisboa

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (FL – Faculdade de Letras, Porto, Portugal; Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études, França)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA – Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental, Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA – Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Silvio de Almeida Toledo Neto (DLCV – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (peer review) referenciada e indexada.



Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

2ª série nº 16 julho - dezembro 2021

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Arbitragem científica

Amílcar de Gil e Pires

Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal

Ana Margarida Duarte Brito Alves

IHA - Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

António Colchete Filho

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

António João Cruz

IPT - Instituto Politécnico de Tomar, Portugal
Laboratório HERCULES - Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda, Universidade de Évora, Portugal

Carlos Tapia Martín

Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónicas, ETS Arquitectura, Universidad de Sevilla, España
IUACC - Instituto de Arquitectura y Ciencias de la Construcción, Universidad de Sevilla, España

Clara Moura Soares

ARTIS-IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal

Emília Isabel Mayer Godinho Mendonça

IHA - Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

Fernando Joaquim Fernandes Tavares Rocha

GEOBIOTEC - GeoBiotecnologias, Geotecnologias e Geoengenharias, Universidade de Aveiro, Portugal

Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa

CITAR - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, EA-Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa, Portugal

Hélder Alexandre Carita Silvestre

IHA - Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

João Vieira Caldas

CITUA, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal

Jorge Manuel Caliço Lopes de Brito

Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura de Georecursos, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal

José António Paulo Mirão

Laboratório HERCULES - Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda, Universidade de Évora, Portugal

José Manuel Andrade Nunes Vicente

Departamento de Artes, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

Juan Manuel Sanchez la Chica

Departamento de Arte y Arquitectura, Universidad de Málaga, España
E.T.S.A. - Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad de Málaga, España

Manuel Villaverde

Câmara Municipal de Loures, Portugal
IHA - Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

María Arjonilla Alvarez

SICA - pCultural+3i, Patrimonio cultural: intervención, investigación, innovación, Universidad de Sevilla, España
Techoheritage - Red de Ciencia y Tecnología para la Conservación del Patrimonio, Universidad de Sevilla, España

Maria Helena Marcelo Ribeiro Santos

DPIMI - Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, DPC-Departamento dos Bens Culturais, DGPC-Direção-Geral do Património Cultural, Portugal

Mariana Rita Alberto Rosado Correia

CI-ESG - Centro de Investigação da Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira, Portugal

Rui Fontes Ferreira

CiTUA - Centro de Investigação em Território, Urbanismo e Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal
DECIVIL - Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal

Rute Maria Gonçalves Eires

Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho, Portugal

EDITORIAL

Helena Neves

INTRODUÇÃO

Do material construtivo de interesse histórico às múltiplas matérias de sua abordagem e reflexão 9

Marluci Menezes, António Santos Silva, Maria do Rosário Veiga

DESTAQUE

Um olhar sobre os materiais de interesse histórico que constroem o património: apontamentos em torno de uma experiência multidimensional 15

A look at the materials of historical interest that build the heritage: notes around a multidimensional experience

Marluci Menezes, António Santos Silva, Maria do Rosário Veiga

DOSSIER TEMÁTICO: MATERIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO QUE CONSTROEM O PATRIMÓNIO EDIFICADO: CORRELAÇÕES, USOS, PAISAGENS

La utilización del corcho en la construcción: innovación, instituciones y aplicación en Lisboa durante la década de 1940 33

O uso da cortiça na construção: inovação, instituições e aplicação em Lisboa na década de 1940

The use of cork in construction: innovation, institutions and application in Lisbon during the 1940s

Ignacio García-Pereda e Melisa Pesoa Marcilla

Origin and technology of the Georgian brick at Fade Mansion, Dublin, built c. 1728 47

Origem e tecnologia do tijolo georgiano na Fade Mansion, Dublin, construída c. 1728

Sara Pavía

A importância das “cores finas”: notas sobre pintores e os seus materiais de trabalho na pintura mural do Alentejo (séculos XVI-XIX) 63The importance of “fine colours”: notes on painters and their work materials in Alentejo’s mural painting (16th – 19th centuries)

Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro

A história sob os pés: os ladrilhos hidráulicos da Santa Casa de Misericórdia de Manaus como bens patrimoniais integrados 79

The story underfoot: the hydraulic tiles of the Santa Casa de Misericórdia de Manaus as integrated heritage assets

Camyla Lorena Torres Silva e Cybelle Salvador Miranda

Tradición e innovación en los materiales y técnicas empleadas en torno a 1950 en España: el caso del mural del Pabellón de la Obra Sindical del Hogar en Madrid 97Tradition and innovation in the materials and techniques used around 1950 in Spain: the case of the mural of the *Pabellón de la Obra Sindical del Hogar* in MadridTradição e inovação nos materiais e técnicas utilizadas cerca de 1950 em Espanha: o caso do mural do *Pabellón de la Obra Sindical del Hogar* em Madrid

María del Mar Barbero-Barrera e José de Coca Leicher

Do Colégio de Santo Antão ao Alto de São João: território, obras e materiais da Quinta de Xabregas (século XVIII) 115

From Santo Antão College to Alto de São João: territory, construction and materials of Quinta of Xabregas (18th century)

Inês Gato de Pinho e Maria João Pereira Coutinho

Marqueur identitaire et vecteur de transmission : l’architecture en *toub*, un patrimoine en danger 137Identity marker and transmission vector: architecture in *toub*, a heritage in dangerMarcador de identidade e vetor de transmissão: a arquitetura em *toub*, um património em perigo

Monia Bousnina

VARIA

O ferro como linguagem arquitetónica e urbana na cidade de Lisboa 153

Iron as an architectural and urban language in the city of Lisbon

José Miguel Silva e Gil Abreu

Metais “modernos” em património edificado: desempenho em ambiente exterior 181

“Modern” metals in building heritage: performance in outdoor applications

Rute Fontinha

DOCUMENTA

A afirmação do betão armado como valor patrimonial durante o século XX através de edifícios Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 205

Luís Almeida e Manuel Vieira

RECENSÕES

CATTANI, Airton; VIEIRA, César Bastos de Mattos; YING, Lu, org. – *Calçadas de Porto Alegre e Beijing*. Porto Alegre: Marcavisual, 2019.. 237

Laura Machado

Do Colégio de Santo Antão ao Alto de São João: território, obras e materiais da Quinta de Xabregas (século XVIII)

From Santo Antão College to Alto de São João: territory, construction and materials of Quinta of Xabregas (18th century)

Inês Gato de Pinho*
Maria João Pereira Coutinho**

RESUMO

O património imóvel remanescente do primeiro período da Companhia de Jesus em Portugal, que se compõe de diversos tipos de casas, a saber, colégios, noviciados, casas professoras, residências e quintas de recreio, entre outros, apresenta lacunas no que refere a estudos sobre processos construtivos e materiais empregues.

Apresenta especificamente uma visão incompleta acerca das quintas de recreio, normalmente elencadas nos estudos como propriedades satélites dos colégios, sendo raras as análises específicas relativas à sua implantação e construção como propriedades independentes.

Esta investigação procura, através da análise do estudo de caso da Quinta de Xabregas, afeta à administração do Colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa, enriquecer o conhecimento da implantação na paisagem deste tipo de edifício. Procura, igualmente, dar a conhecer aspectos construtivos e materiais de um edifício pouco aprofundado pela historiografia jesuíta e contribuir para a história da construção do Colégio de Santo Antão.

PALAVRAS-CHAVE

Companhia de Jesus / Época Moderna / Colégio de Santo Antão-o-Novo / Quinta de Xabregas / Obras e materiais

ABSTRACT

The remaining heritage from the first period of the Society of Jesus in Portugal is composed of colleges, novitiates, professed houses, residences and recreational farms, among other types of houses, but there are gaps in terms of studies regarding its construction processes and the materials used in its buildings.

The study of the recreation farms in particular, is usually listed and analysed as satellite properties belonging to colleges, since specific studies of their implantation and construction as independent properties are still rare even nowadays.

Our research aims, through the analysis of a case study, that of the farm of Xabregas, assigned to the administration of the Santo Antão-o-Novo College in Lisbon, to enlarge the knowledge available of its implantation in the environing landscape. It also seeks to show the constructive and material aspects of a building little studied by Jesuit historiography, and to contribute to the history of the construction of Santo Antão College.

KEYWORDS

Society of Jesus / Early Modern Period / Santo Antão-o-Novo College / Quinta de Xabregas / Construction and materials

* Esta investigação insere-se no âmbito do doutoramento de Inês Gato de Pinho, intitulado "*Modo Nostro*": a especificidade da Arquitectura dos colégios da Companhia de Jesus na Província Portuguesa. Os séculos XVII e XVIII [SFRH/BD/110211/2015], desenvolvido no CiTUA / Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa, e apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.

** Esta investigação insere-se no âmbito do projeto *Arquitectura, escultura e ornamento: transferências artísticas no contexto das obras de pedraria da Assistência Portuguesa (S.I.) nos sécs. XVI-XVIII*, de Maria João Pereira Coutinho, desenvolvido no Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1453/CT0046].

INTRODUÇÃO

A Companhia de Jesus, tal como a historiografia de arte e da arquitetura têm vindo a fixar, compreendeu diversas tipologias arquitetónicas, não só com implantação nas *urbes*, mas também no tecido rural. Os colégios, firmados em zonas de forte concentração populacional e até em zonas anteriormente habitadas por outras comunidades religiosas, são uma das tipologias mais identitárias da Companhia de Jesus, vocacionada para o ensino, cuja fundação variava em função das especificidades de cada local. As quintas, por outro lado, implantadas nas imediações das cidades, foram outra das tipologias inicianas que tiveram como propósito a recreação espiritual e a recuperação física dos jesuítas, para além da produção de bens alimentares, que eram comercializados, mas que também contribuía para o sustento dos colégios.

As quintas podiam, tal como os colégios, adaptar pré-existências às suas necessidades, ou implementar novas soluções de edificado, de acordo com as características do território e com os objetivos que tinham para aquela área geográfica, que podiam ser simplesmente para exploração agrícola, de carácter estival, ou mesmo como anacorado para missões populares.

O Colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa é um dos exemplos de casas da Companhia que possuiu várias dessas propriedades. Vale de Rosal, Enxara do Bispo, Caniços, Santa Bárbara e Xabregas foram algumas das mais significativas, localizando-se a primeira em Almada, a segunda em Mafra, a terceira em Torres Novas, a quarta em Constância (Punhete) e a última, no lado oriental de Lisboa, sendo, por esse motivo, eleita como o nosso principal estudo de caso.

Considerando que os anos que antecederam a supressão da Companhia de Jesus em Portugal (1759) apresentam algumas lacunas no que à forma de habitar e conservar as suas casas diz respeito, a investigação que aqui se apresenta procura colmatar a ausência de conhecimento sobre as quintas de recreio, através da análise das últimas obras efetuadas na referida Quinta de Xabregas, que ocorreram, simultaneamente, com outras empreendidas em Santo Antão-o-Novo. Nos dois casos é possível reconhecer agentes, opções materiais e plásticas, que nos permitem hoje compreender melhor e caracterizar alguns dos aspetos construtivos usados por este instituto religioso.

A QUINTA DE XABREGAS: IMPLANTAÇÃO

A escolha do local para a implantação de uma quinta jesuíta que tivesse como objetivo a recreação, era algo que merecia redobrada atenção no momento da aquisição. Não obstante o facto de acumular também a função agrícola o que, por si só, já implicava preocupações com a fertilidade do solo, abastecimento de água ou insolação, seria necessário pensar cautelosamente na sua adequabilidade para a implantação dos edifícios que albergariam a comunidade. Assim, se a questão da água e da insolação já eram uma preocupação latente, a questão dos ventos seria fundamental para um correto arejamento dos edifícios, evitando-se por isso zonas baixas e com má ventilação. Por outro lado, os lugares altos eram apetecíveis não apenas pelo arejamento e exposição solar, mas também porque permitiam uma vista privilegiada sobre a envolvente. Se no caso concreto do Colégio de Santo Antão, também localizado num sítio alto, a questão da vista estava a par da questão da visibilidade, marcando a presença da Companhia de Jesus como um dos atores principais do cenário urbano de Lisboa, no caso da quinta, destinada ao descanso dos padres do colégio, já não se procurava o “ser visto”, privilegiando “o que se queria ver” para deleite visual dos padres.

A história da residência de Xabregas remonta ao ano de 1582, quando o padre Cristóvão de Gouveia (1542-1622) (Franco, 1714, p. 170-180), então reitor do Colégio de Santo Antão-o-Novo, a adquiriu por 950 000 réis a João Freire de Andrade, Senhor de Bobadela, com dinheiro doado à Companhia pelo “cardeal-rei” D. Henrique

(1512-1580) para servir de quinta de recreio aos professores do referido colégio (Franco, 1726, p. 131; Rodrigues, 1938, p. 219)¹. Foi aliás, como membro ativo da Companhia que o padre Gouveia comprou outras propriedades e se ocupou de obras em algumas casas inacianas, segundo as palavras do cronista António Franco (1662-1732), como aconteceu com a Quinta da Rica Fé, do Colégio de Bragança, com a quinta que mandou adquirir para o Colégio da Bahia enquanto desempenhou funções de Visitador no Brasil, ou com as obras que iniciou no sobredito Colégio de Santo Antão-o-Novo (Franco, 1714, p. 174)².

Pouco se sabe sobre esta quinta, tanto no que refere à sua localização e confrontações exatas, como quanto ao local onde se implantavam os edifícios que albergavam a comunidade ou os que davam apoio às funções agrícolas. Sabe-se apenas que se situava na zona de Xabregas, então enquadrada na zona periurbana nascente da Lisboa seiscentista. Não foi possível localizar, até ao momento, a escritura de compra inicial da quinta, um cordeamento ou uma descrição detalhada da mesma. Acresce a esta lacuna, o facto de existirem, no *Cartório dos Jesuítas*³, instrumentos notariais que atestam a permuta entre o Colégio de Santo Antão e outras entidades, relativos a olivais existentes na zona de Xabregas, sendo omissos se confrontavam ou não com a dita quinta. Face a isto, é pouco claro se, à data da expulsão dos jesuítas de Portugal, a quinta consistia apenas no prédio comprado em 1582 por Cristóvão Gouveia ou se esta havia sido ampliada através da compra/permuta de prédios que o colégio foi adquirindo até 1759. Certo é que, em 1702, o padre reitor e restantes religiosos do Colégio de Santo Antão entregaram ao Senado da Câmara uma petição para a realização de obras num olival rodeado de valado que possuíam em Xabregas, a fim de evitar que a vizinhança furtasse azeitona, lenha e a produção das sementeiras. O mesmo documento dá conta da intenção de construírem um conjunto de casas, numa das extremas e junto ao caminho público, para morar o caseiro e outras pessoas. Este instrumento, para além de identificar a localização geral na zona de Xabregas, fornece uma situação mais específica, enunciando-se a confrontação do dito olival com caminhos públicos⁴.

Importa por isso entender a rede viária da época, mas, infelizmente, as representações planimétricas de Lisboa coevas à petição não contemplam aquela zona. Será então necessário recorrer a representações mais tardias para localizar a via que ligava estes dois pontos da cidade. Na planta desenhada por Filipe Folque em 1858⁵, a representação estende-se à zona oriental de Lisboa tendo como limite o Vale de Chelas e o Alto de São João. Apesar de não se representar a zona alta de Chelas, é possível ver o arranque de vias que faziam a ligação entre esta e a zona ribeirinha da Cruz da Pedra. A última, que se localizava na marginal do Tejo, era composta pela Calçada e Rua da Cruz da Pedra e por uma porta e um largo com o mesmo nome, e estabelecia a ligação ribeirinha entre a Rua de Santa Apolónia e a Rua Direita da Madre de Deus⁶. Infelizmente o cordeamento que acompanha a petição não refere em que ponto exato dessa zona (se na rua, no largo ou junto ao arco) se começa a medição, mas afirma claramente que é feita no “caminho que liga a Cruz da Pedra a Chelas”. Posto isto, e analisando a rede viária representada por Folque e anexando a zona em falta representada em 1909 por Silva Pinto⁷ (Figura 1), percebe-se que existiam vários percursos que ligavam as duas zonas. A mais óbvia parece ser a própria Estrada de Chelas (Figura 1, assinalada com traço vermelho). No entanto, e dentro do que Folque ainda considerava área urbana relevante para constar na representação da Lisboa oitocentista, existe um caminho alternativo para o alto de Chelas que compreendia a então denominada Estrada da Circunvalação (atual Avenida D. Afonso III) e a Rua do

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Manuscritos da Livraria, N.º 690, f. 115v-116.

² “Este Padre foy, o que deytou a primeyra pedra no Collegio novo de Santo Antão no anno de mil quinhentos setenta, & nove, reynando o Cardeal Rey Fundador, o qual com o seu architecto mòr chamado Balthazar Alvres fez a planta da obra, em tudo magnificentissima... Deyxou o Padre Christovam de Gouvea o Collegio na altura das janellas do corredor de bayxo. Os alicerses forão tão profundos, que passavão do andar das hortas de bayxo, a que o Collegio fica sobranceyro”.

³ ANTT, Cartório dos Jesuítas, mc. 1. PT/TT/AJCJ/CJ001.

⁴ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro de cordeamentos, 1637-1715, f. 313-314v, PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/002/0146/0149.

⁵ AML, [Atlas da carta topográfica de Lisboa]: n.º 7, 1858, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURE/003/00028/09.

⁶ Os topónimos usados no texto são os citados na planta assinada por Filipe Folque.

⁷ AML, [Planta Topográfica de Lisboa]: 13 K, 1909, PT/AMLSB/CMLSBUROB-PU/05/03/106.

Sol a Chelas⁸ (Figura 1, assinaladas com traço interrompido vermelho). A própria ligação da Cruz da Pedra (Figura 1, assinalada com traço azul) aos dois percursos é dúbia uma vez que existem, pelo menos, duas formas de alcançar: através do Largo da Cruz da Pedra (Figura 1, assinalado com traço roxo) ou da Calçada e Rua da Cruz da Pedra (Figura 1, assinalada com traço interrompido roxo).

Por outro lado, uma planta relativa ao cemitério do Alto de São João à guarda da Direção de Infraestruturas do Exército (DIE) que se crê ter sido desenhada depois de 1851⁹, denomina a atual Avenida D. Afonso III de “Estrada para a Cruz Pedra”, topónimo que pode ter antecedido o de “Estrada da Circunvalação” (Figura 2) ou que, e de forma mais provável, ao invés de ser um topónimo oficial, seria uma referência às extremas que a via ligava.

A petição apresentada pelo Colégio de Santo Antão deu origem a um cordeamento realizado pela Câmara, onde se fornecem mais alguns dados relativos ao enquadramento do terreno e sua relação com as vias públicas. Concretizaram a medição do olival Manuel Jorge, procurador da Cidade, e João Baracho da Gama, designado por “homem das obras”, informando-nos, entre outros pormenores, que o cordeamento se iniciou no “principio da parede de pedra do valado da dita terra junto de hum caminho de carro que uay pera huma pedreira” e que, nesse “ponto”, “fica a estrada que vay pera chellas”¹⁰.

A DIE tem à sua guarda uma planta parcial da zona em análise (Figura 3) que, embora omissa no que se refere à zona da Cruz da Pedra e à Estrada de Chelas, e de datar do século seguinte (1807-1856), é muito elucidativa para este estudo. Para além de mostrar as vias principais e os edifícios, a representação é particularmente importante no que diz respeito à topografia e a referências geológicas. As variações altimétricas são expressivas, com elevações e vales, ficando clara a razão para as vias apresentarem, em planta, um traçado curvilíneo e com tantas inflexões. No que se refere aos afloramentos rochosos e mesmo sendo uma representação simples, o documento fornece um dado fundamental: a identificação das pedreiras. Três delas são indiscutivelmente legendadas como tal (Figura 3, a, b e c), mas o tipo de representação usada (simulando rocha) multiplica-se pelo desenho, ora disposta de forma linear como se de muros de contenção de talude se tratassem, ora de forma concêntrica como que representando um aglomerado de rocha que poderá ser interpretado como referência a pedreiras menores/não exploradas. Com efeito, as três pedreiras identificadas não são próximas da Estrada de Chelas, mas têm ligação direta com o já citado caminho que indiretamente ligava a Cruz da Pedra a Chelas (a atual Avenida D. Afonso III e a antiga Rua do Sol a Chelas), localizando-se os afloramentos rochosos (da zona ribeirinha para o interior): o primeiro no Alto do Varejão (Figura 3, a), o segundo na elevação limitada a poente pelo Vale Escuro e a nascente pelo Vale de Chelas (Figura 3, b), e o terceiro no Alto de São João (Figura 3, c).

Voltando ao cordeamento de 1702, assegurava-se ainda que as casas a construir não deveriam ter nenhum degrau para a estrada, “asentando-se-lhe sacadas ficarião com a altura de quatorze palmos para cima, não se lhe pondo grades baixas de aranha”¹¹, o que mostra que a localização da casa destinada aos caseiros se situaria junto à via pública e num dos extremos da propriedade. No ano seguinte, um outro cordeamento dá-nos conta que essas casas já se estavam a construir e que tinham sido momentaneamente embargadas, por se ter cordeado com erro, o que agora se retificava. Para esse efeito, procedeu-se à medição, desta vez levada a cabo por João Freire, medidor das obras da cidade, a partir de uma parede de pedra do já mencionado caminho de carro que ia para uma pedreira e passado por muitos outros pontos, de que se destaca o cotovelo que o dito muro fazia mais adiante, anteriormente excedido em dois palmos e meio. Outro ponto de destaque, era o cabo ou extremidade de um muro velho do valado que confrontava com o cunhal de um outro muro de uma quinta vizinha, onde, nesse tempo,

⁸ Folque denomina-a como Rua do Sol a Estrada de Chelas e Silva Pinto de Rua do Sol a Chelas. Cf. AML, [Atlas da carta topográfica de Lisboa]: n.º 7, 1858, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/003/00028/09, e AML, [Planta Topográfica de Lisboa]: 13 K, 1909, PT/AMLSB/CMLSBUROB-PU/05/03/106.

⁹ Atribuição do arquivo da Direção de Infraestruturas do Exército (DIE).

¹⁰ AML, Livro de cordeamentos, 1637-1715, f. 313-314v, PT/AMLSB/CMLSBAH/ADM/002/0146/0149.

¹¹ *Ibidem*.



Figura 1 Esquema viário da ligação entre a zona da Cruz da Pedra e Chelas, realizado sobre as plantas levantadas por Folque e Silva Pinto. [Atlas da carta topográfica de Lisboa]: n.º 14, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/16; n.º 15, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/17; n.º 21, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/23; n.º 22, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/24. [Planta Topográfica de Lisboa]: 12 K, 1909, AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/105 e 13 K, 1909, AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/106.

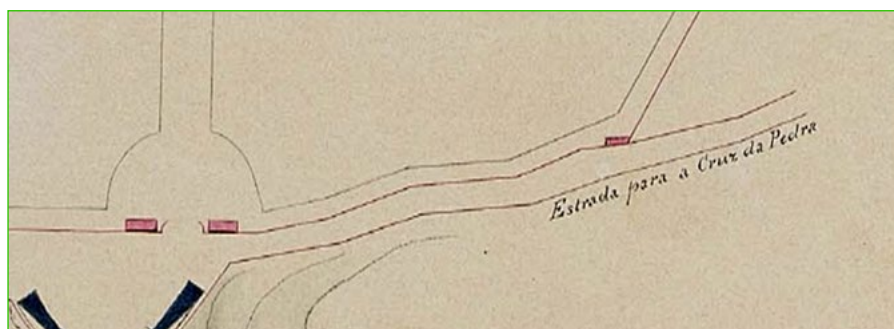


Figura 2 Planta do Cemitério do Alto de São João em Lisboa, Carlos José Correia Botelho, 1851-1862. Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército – 2321-2-16-22.

passava a dita estrada, com vinte e três palmos e três quartos de palmo de largo¹². As diversas inflexões referidas nas medições de ambos os cordeamentos, bem como a variação de largura da estrada, levam-nos a equacionar a hipótese de a via poder corresponder à atual Avenida D. Afonso III. Para além disso, a planta à guarda da DIE revela os nomes das quintas ou dos seus proprietários, existindo uma designação que se destaca: a da Quinta dos Apóstolos (Figura 4).

Diz-nos Baltazar Telles que, desde 1540, os jesuítas haviam sido apelidados de apóstolos dada a conduta de Francisco Xavier e de Simão Rodrigues, então recém-chegados a Lisboa (Tellez, 1645, p. 42). Esta designação perpetuou-se no tempo e cristalizou-se na memória da população e nas urbes. Assim, e atendendo a que a planta da DIE terá sido desenhada já no início do século XIX, consideramos que aquela quinta, situada na elevação que separa o Vale Escuro do Vale de Chelas, tenha pertencido aos jesuítas e que, ainda que com outro proprietário, tenha mantido a designação dos anteriores, podendo até corresponder à Quinta de Xabregas comprada em 1582 pelo então reitor do Colégio de Santo Antão.

¹² AML, [Petição do padre reitor e religiosos do Colégio de Santo Antão solicitando levantamento do embargo da obra], 1703-03-10 – 1703-03-13, Livro de cordeamentos, f. 311-312v, PT/AMLSB/CMLSB/ADM/015/028/0148.



Figura 3 Localização de pedreiras na Planta dos subúrbios de Lisboa desde Santa Apolónia até à Quinta do Calado, 1807-1856. Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército – 2364-2-20-29.



Figura 4 Pormenor da Planta dos subúrbios de Lisboa desde Santa Apolónia até à Quinta do Calado, 1807-1856. Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército – 2364-2-20-29.

Esta suspeita passa a certeza através da leitura do *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*¹³, que foi escrito e desenhado entre 1756 e 1768. Aparentemente a área onde se situava a Quinta dos Apóstolos pertenceria, antes do terramoto, à freguesia de Santa Engrácia¹⁴ tendo supostamente, após o sismo, integrado a de São Bartolomeu, uma das poucas que não tem representação gráfica no dito livro. No entanto, na descrição dos limites da última, o redator dá conta que numa secção confrontava com a “estrada (da parte do norte) que passa junto à quinta que foi dos Padres Jesuitas, e hoje he de Joseph Leyte”¹⁵. Também na descrição do perímetro de Santa Engrácia é feita uma clara referência à mesma propriedade, que confinava com o caminho que servia de extrema nascente àquela freguesia:

...discorrendo por toda a rua do Caiz do Carvão, Bica do Sapato, ate a entrada de uma traveça que fica antes de chegar ao arco da Cruz da Pedra, e seguindo o lado meridional desta e o ocidental de toda a estrada que vem encostada ao muro da quinta que foi dos Padres da Companhia, e hoje he de Joseph Leyte, discorrerá pelo lado meridional do caminho que vem sahir á estrada que vem por baixo do Olival de Nossa Senhora da Penha de França até a Cruz dos Quatro Caminhos...¹⁶.

¹³ ANTT, Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa. PT/TT/CF/153. [Consult. 15/12/2020]. Disponível na Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909706>.

¹⁴ *Idem*, f. 118.

¹⁵ *Idem*, f. 114.

¹⁶ *Idem*, f. 111.



Figura 5 Reconstituição dos limites das freguesias de Santa Engrácia e de São Bartolomeu sobre o Atlas da carta topográfica de Lisboa e a Planta dos subúrbios de Lisboa desde Santa Apolónia até à Quinta do Calado, a partir do Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa. [Atlas da carta topográfica de Lisboa: n.º 14, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/ PURB/003/00028/16; n.º 15, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/17; n.º 16, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/18; n.º 21, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/23; n.º 22, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/24; n.º 23, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/ PURB/003/00028/25; Planta dos subúrbios de Lisboa desde Santa Apolónia até à Quinta do Calado 1807-1856, Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército – 2364-2-20-29; Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa. Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153. PT/TT/CF/153. *Imagem cedida pelo ANTT.*

A descrição das duas freguesias deixa clara a existência de um dos pontos de contacto entre ambas: o muro da quinta que foi dos padres da Companhia. A adaptação das plantas do livro a outros levantamentos não é simples, uma vez que se tratam de desenhos algo desproporcionados. Para além disso, e como foi referido, não existe representação de São Bartolomeu. Ainda assim, é possível traçar a linha de contacto entre as freguesias (Figura 5), onde se implantaria um dos muros da propriedade jesuíta.

Depois de atestado que a Quinta dos Apóstolos correspondia à propriedade que havia sido dos jesuítas, e voltando ao cordeamento de 1702 relativo ao olival, sugerimos que o dito terreno de cultivo se poderia localizar numa das extremas da propriedade principal, ou adossado à mesma. Tecemos esta hipótese por considerarmos que a pedra que tinha ligação com a estrada que conduzia a Chelas pudesse ser a que nesta planta se encontra dentro dos limites da propriedade denominada como Quinta dos Apóstolos (Figura 3, b), acima da qual, e no ponto mais alto do terreno, se implantava um conjunto de construções com uma vista de 360° sobre o território envolvente e o Tejo. Junto às construções existia uma outra, mais pequena e destacada, a norte da mesma um poço e a sul uma vinha. O acesso principal, com caminho mais largo, far-se-ia a norte (Figura 6, a) através de uma porta próxima ao Alto de São João e quinta com o mesmo nome, e o secundário pela porta a nascente que conduzia à já citada pedra (Figura 6, b). Se a sul, nascente e norte a propriedade confinava com a via pública o mesmo não sucedia pelo poente, em que existia um muro (Figura 6, e) que a separava de uma outra propriedade existente na zona baixa do denominado Vale Escuro e que continha uma casa (Figura 6, c). De resto, importa referir que essa

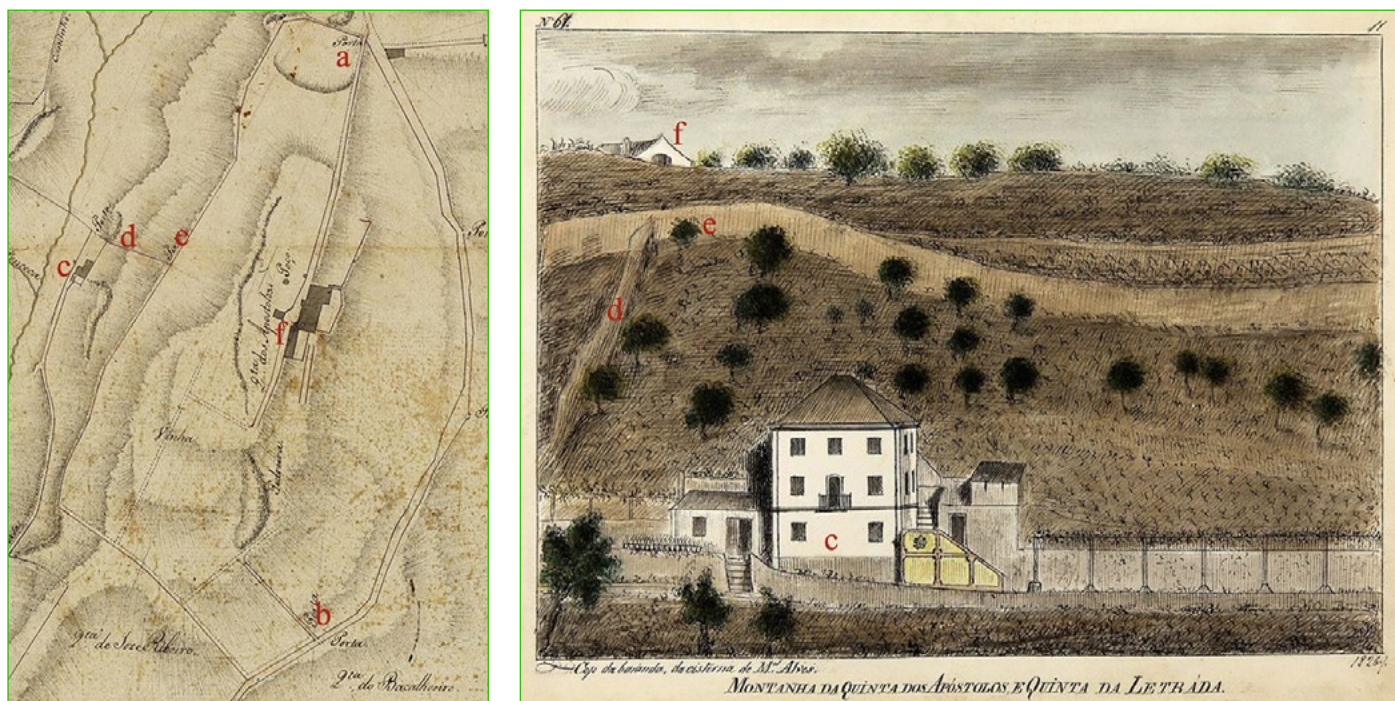


Figura 6 Esquema de localização realizado sobre a Planta dos subúrbios de Lisboa desde Santa Apolónia até à Quinta do Calado, 1807-1856. Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército – 2364-2-20-29; e desenho da Montanha da Quinta dos Apóstolos e Quinta da Letrada, Luiz Gonzaga Pereira, 1809. Coleção do Museu de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa – EGEAC, MC.DES.1632.061.

construção correspondia, em 1826 e segundo um desenho de Luís Gonzaga Pereira, à casa da Quinta da Letrada (Figura 6, c), situada no sopé do que ele designa como “montanha da Quinta dos Apóstolos”, vendo-se em baixo a casa da primeira quinta e à sua esquerda um muro (Figura 6, d) que entesta num outro que lhe é perpendicular (Figura 6, e), vislumbrando-se no ponto mais alto, parte de uma das construções da antiga propriedade jesuíta (Figura 6, f).

Não conseguimos apurar informações que nos remetam para a génese e evolução da Quinta da Letrada. No entanto, existe um dado que nos inquieta e que resulta da análise conjunta de três dos documentos já referenciados – a planta da freguesia de Santa Engrácia e a sua descrição, a planta à guarda da DIE e a planta levantada por Folque –, ainda que com consciência de que se tratam de representações anacrónicas, mas ainda assim próximas cronologicamente. Sabemos que o muro da quinta jesuíta se implantava nos limites da freguesia e supomos que esta não seria a única propriedade a confrontar com os mesmos, ficando por apurar a extensão do muro. Contudo, ao sobrepormos a planta relativa a Santa Engrácia ao levantamento de Folque, fica muito claro que o limite administrativo não coincide com o limite da Quinta dos Apóstolos patente na planta da DIE, mas sim ao da Quinta da Letrada. Esta situação leva-nos a equacionar se esta porção de terreno teria feito parte da quinta jesuíta, ainda que como artigo distinto, ou até como parte da mesma sendo depois desanexada e ganhando outra denominação, uma vez que, em nenhum outro troço do limite a Quinta dos Apóstolos se aproxima da freguesia de Santa Engrácia.

Certo é que, em 1759, nos autos de sequestro dos bens do Colégio de Santo Antão, surgem apenas duas propriedades na zona em análise. A Quinta de Xabregas ou dos Apóstolos, então denominada de Vale Escuro, comprada a



Figura 7 Pormenor da implantação do edificado. Planta de Lisboa: com a indicação das obras projectadas para a segunda linha de defesa e para o aproveitamento da linha de 1833 ou defesa imediata da capital, Joaquim António de Carvalho, 1833. Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército – 4010-3-34-47. [Atlas da carta topográfica de Lisboa: n.º 15, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/17 e n.º 22, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/24. [Planta Topográfica de Lisboa]: 13 J, 1909, AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/093 e 13 I, 1909, AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/081.

João Freire de Andrade em 1582 e avaliada em 390 mil réis¹⁷, e umas moradas de casas humildes “junto à mesma quinta” avaliadas em 150 mil réis¹⁸, estavam então na posse da Coroa e afetas a terceiros¹⁹.

A análise dos livros da Décima da freguesia de Santa Engrácia permite identificar duas propriedades com valores muito próximos aos determinados no auto de sequestro: 350 e 180 mil réis. A primeira, descrita como propriedade de onde se extraíam rendimentos advindos dos terrenos agrícolas que a compunham²⁰ é localizada, de livro para livro, em topónimos diferentes: em 1762/63 (no livro dos arruamentos) na “Travessa de Chellas hindo para

¹⁷ “A quinta de Val Escuro a qual foi aremetada a João Freire de Andrade no ano de 1582 por novecentos e sincoenta mil *reis* que com quarenta e sete mil *reis* de siza fas tudo novecentos e noventa e sete mil e quinhentos. Rende hoje / 390\$000 [à margem direita do texto] / e por Carta de El Rey Phillippe 2º de Castela no mesmo anno de 1582 forão os *Padres* dispensados, *para* pessuirem este, e mais propriedades”. AHTC, Junta da Inconfidência, Mç. 25, N.º 97, s. n.º f.

¹⁸ “Humas moradas de Casaz humildes junto á mesma quinta, *que* posteriormente fizerão os *padres* de que não há nem pode haver outro tittulo, e declararam que com ellas fizerão a despeza de seiscentos mil *reis* do mesmo dinheiro e rendem hoje / 150\$000 [à margem direita do texto].” *Ibidem*.

¹⁹ Uma parte ou a totalidade passara assim para José Leitgeb. Essa informação é veiculada, quer nos autos e inventários de sequestro dos bens do Colégio de Santo Antão-o-Novo, quer na descrição das freguesias de São Bartolomeu [de Xabregas], de Santa Engrácia e ainda em alguns impressos. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), Junta da Inconfidência, N.º 258, f. 95 e Mç. 25, N.º 96, f. 16; parcialmente publicado por Luiz de Bivar Guerra em LINO, Raul; SILVEIRA, Luís; MARQUES, A. H. de Oliveira, orient. – *Documentos para a história da arte em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969-1991. vol. 5: Colégios de Santo Antão, São Roque, São Francisco Xavier e Noviciado de Arroios [do] Arquivo do Tribunal de Contas. Veja-se ainda a mesma referência nos seguintes impressos: *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Na Typografia Maignense, 1828, p. 265, que reporta ao ano de 1780, e nas *Resoluções do Conselho de Estado na Secção do Contencioso Administrativo, colligidas e explicadas por José Silvestre Ribeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 135. tomo III.

²⁰ AHTC, Décimas da Cidade de Lisboa, Freguesia de Santa Engrácia, DC420AR, 1762/63, f. 240.

a Penha”, no mesmo ano (no livro dos prédios) no “Cittio dos Sette Castellos”²¹, em 1764 (no livro dos prédios) novamente na “Travessa de Chellas hindo para a Penha”²² e em 1767 “por detrás do Convento de Santos onde chamão a Rua Direita”²³. A segunda, que conforme o auto de sequestro se localizaria próxima da primeira, ficando pouco clara a definição de proximidade (se confrontavam ou se situavam na mesma zona), parece corresponder a uma propriedade de casas arrendadas a vários inquilinos que é localizada, de livro para livro, maioritariamente na “Estrada que vai para Chellas”²⁴. No entanto, fica pouco claro se a “estrada que vai para Chelas” correspondia efetivamente à “Estrada de Chelas”, uma vez que, no livro dos arruamentos do ano de 1767 se elencam as propriedades junto à última, nenhuma delas jesuíta, referenciando-se alguns fólios à frente no “Caminho de Chellas do lado esquerdo” a “Propriedade de cazas que foy do Padres da Companhia e hoje do Fisco Real”²⁵.

A 19 de junho de 1811, a Gazeta de Lisboa publicava um anúncio de arrendamento da propriedade principal: Arrenda-se a quinta denominada dos *Apostolos*, no sitio do Alto Varejão, que consta de vinhas, terras de pão, casas nobres e todas as oficinas necessárias, com excellente agua de póço, e cisterna: quem a quizer ver, poderá dirigir-se ao lugar, e falar com seu dono que alli reside (Gazeta de Lisboa, 1811).

Cerca de dez anos depois, em 1822, discutia-se a localização de um novo matadouro em Lisboa tendo sido para isso criada uma comissão para avaliar o melhor local. Foi pedido um parecer à secção de Medicina da Academia Real das Ciências relativo à possível localização desse equipamento na zona onde se implantavam as quintas dos Apóstolos, do Meio e da Madre de Deus. Segundo o relatório, o solo das quintas seria “nos altos argilo-silicioso, e nos valles quase humífero (...)” (Memorias da Academia..., 1857, p. 3)²⁶. Os poços que existiam nas três quintas eram provenientes da mesma camada “areosa da formação terciária de Lisboa, a mesma que dá origem ás abundantes aguas do Valle de Chellas (...)” (Memorias da Academia..., 1857, p. 3). Apesar de o poço da antiga propriedade jesuíta estar seco à data da visita, os consultores destacavam a cisterna capaz de conter três mil pipas de água, situada na “parte mais elevada da Quinta dos Apóstolos junto de uma casa apalaçada” (Memorias da Academia..., 1857, p. 3), que assumimos que fosse a casa da quinta, que recebera os padres de Santo Antão até 1759.

Em 1833, em consequência do reforço da defesa de Lisboa, parece ter surgido a necessidade de se criar uma estrutura fortificada no local. Pelo menos assim se configura a nova construção erigida na Quinta dos Apóstolos, junto à casa principal, representada numa segunda planta à guarda da DIE e na planta levantada por Folque. Em ambas, a estrutura perpetua a memória jesuíta, sendo designada como Bateria dos Apóstolos, que já não figura no levantamento de Silva Pinto.

A propriedade jesuíta não resistiu à evolução urbana que a zona oriental de Lisboa sofreu. Nos registos fotográficos à guarda do AML datados do início do século XX (Figura 8), ainda é possível visualizar a casa da Quinta da Letrada e a encosta onde se desenvolvia (Figura 8, a verde e na fotografia à direita). Quanto à Quinta dos Apóstolos, aparentemente resistiu apenas parte do muro nascente (Figura 8, a laranja), sendo o mesmo claramente perceptível nos documentos acima referidos, mas também numa imagem captada pelo Serviço de Fotografia do jornal *O Século* em 1932²⁷, aquando da queda de um avião naquela zona (Figura 9). Nesse registo é possível não

²¹ “Nº 35 Propriedade de cazas e quinta que foi dos padres da Companhia que consta de vinha olival e varias arvores de fructo arrendada em trezentos e cincoenta mil reis”. *Idem*, DC419P, 1762/1763, f. 92.

²² *Idem*, DC420P, 1764, f. 38 v.

²³ “Nº 523 Propriedade de Cazas e quinta que foy do Padres Jezuitas e hoje do Fisco Real por cujas Cazas são izentas”. *Idem*, DC422AR, 1767, f. 96v-97.

²⁴ “Nº 12 Cazas do Padres da Companhia hoje do Fisco que consta de Pateo casas e quintal (...)”. *Idem*, DC420AR, 1762/63, f. 203v-224. O livro dos arruamentos do mesmo ano localiza-a igualmente na “Estrada que vay para Xellas”. *Idem*, DC419P, 1762/1763, f. 80.

²⁵ *Idem*, DC422AR, 1767, f. 83.

²⁶ “Parecer da comissão composta dos sócios efectivos (...) sobre a escolha do melhor local para um matadouro em Lisboa”.

²⁷ Um aspecto do buraco que o avião italiano produziu no muro da quinta dos Apóstolos. *O Século*. (07-01-1932). ANTT, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0022/0064G. [Consult. 15/12/2020]. Disponível na Internet: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=1213724>.



Figura 8 Localização da Quinta da Letrada (a verde, assinalando-se dentro de um quadrado a casa), da quinta e muro dos Apóstolos (a amarelo e laranja, respetivamente) e do cemitério oriental (a dois tons de azul) a partir de registos fotográficos. [Cemitério do Alto de São João e zonas circundantes, fotografia aérea]. Mário de Oliveira, [195-]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/MAO/000477. À direita, em baixo, casa da Quinta da Letrada. Alto do Varejão, junto do prolongamento da avenida Mouzinho de Albuquerque. Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJF/002624.

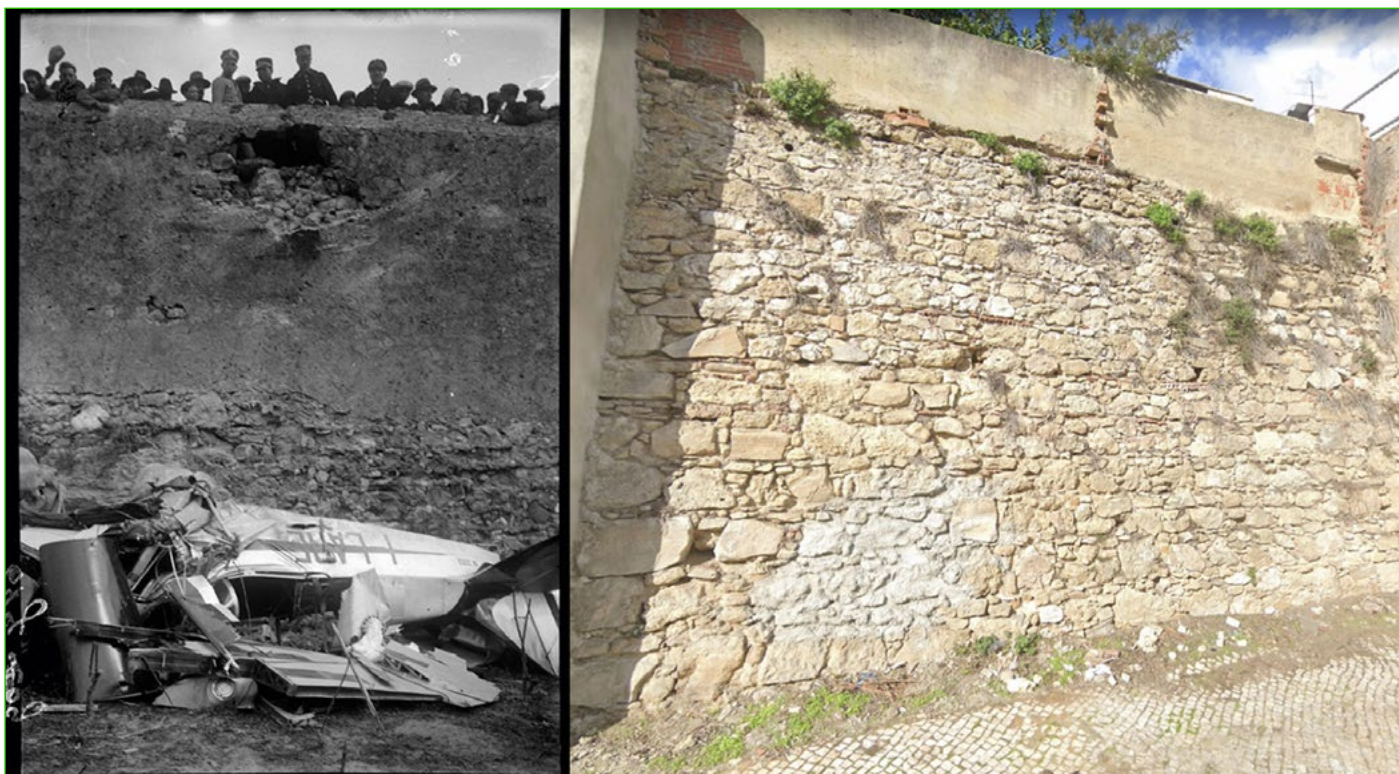


Figura 9 Vistas do muro da quinta. Um aspecto do buraco que o avião italiano produziu no muro da quinta dos Apóstolos. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0022/0064G. Autor não mencionado. 1932/01/07. *Imagem cedida pelo ANTT*; à direita, o mesmo muro na atual rua Joseph Biel. Fotografia das autoras.

só perceber a diferença de cotas entre a Quinta dos Apóstolos (acima do muro) e a envolvente, mas também o aparelho de pedra que constitui o muro, muito semelhante ao tipo de aparelho de pedra irregular (agora sem revestimento) que ainda hoje se vê em troços de muro da Rua Joseph Biel (Figura 9).

Na fotografia aérea (Figura 8) é muito clara a elevação onde se erguia a quinta jesuíta, mas por esta época, já totalmente urbanizada. Os projetos de arruamentos para essa área mostram que, apesar de quase dois séculos depois, ainda se mantinha a referência indireta à presença dos jesuítas: “Ante-projecto de arruamentos ligando a Quinta dos Apóstolos com a Calçada da Cruz da Pedra”²⁸ (Figura 10).

A QUINTA DE XABREGAS: OBRAS E MATERIAIS

Embora se desconheçam as confrontações exatas da quinta jesuíta, como foi acima dito, e se era um único artigo, se era constituído por vários ou se na data da sua aquisição a propriedade já possuía construções, confirma-se que ao longo de várias décadas e séculos a Quinta de Xabregas foi beneficiada e dotada dos espaços essenciais para a boa recreação dos padres inacianos e para o acolhimento de caseiros. Tal evidência assenta no conteúdo de um caderno manuscrito, à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, do triénio governado pelo padre Miguel de Almeida (1687-1760), a partir de 1746, onde se mencionam as obras desta quinta, bem como aquelas referentes ao Colégio de Santo Antão-o-Novo, a que cabia a gestão da Quinta de Xabregas²⁹. O referido manuscrito, deixa-nos compreender que, a partir de 1746, o principal edifício da propriedade de Xabregas era composto por cozinha,

²⁸ AML, [Anteprojecto de arruamentos para ligar a quinta dos Apóstolos com a calçada da Cruz da Pedra], António Emídio Abrantes, 1934. PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03898.

²⁹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, Mss. 26.

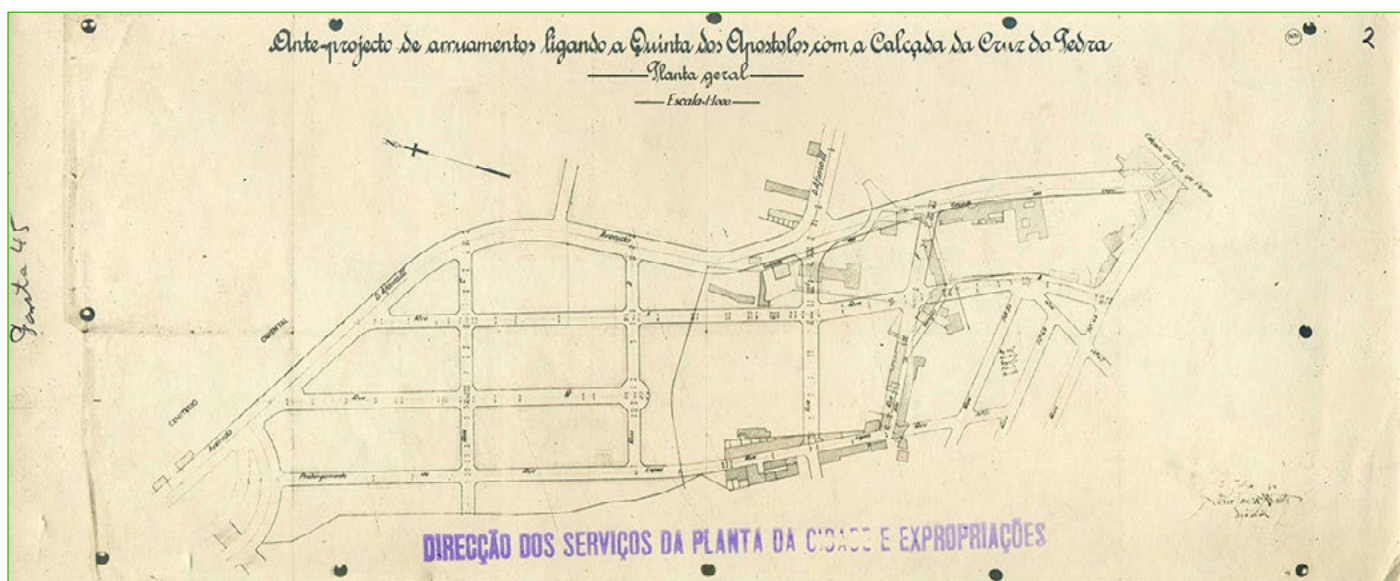


Figura 10 Plantas do Atlas da carta topográfica com sobreposição do projeto para arruamento da Quinta dos Apóstolos. [Atlas da carta topográfica de Lisboa]: n.º 14, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/UORB-PU/05/01/16; n.º 15, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/17; n.º 16, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/003/00028/18; n.º 21, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/23; n.º 22, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/24 e n.º 23, 1858, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/003/00028/25; e [Anteprojecto de arruamentos para ligar a quinta dos Apóstolos com a calçada da Cruz da Pedra], António Emídio Abrantes, 1934, AML, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/002/03898; p. 2.

refeitório, casa do lavatório, salas, cubículos, um espaço para “jogo de truque” e, naturalmente, uma capela³⁰. Quanto à menção, menos usual, do espaço para “jogo de truque”, importa esclarecer, desde já, que este, segundo a definição de Rafael Bluteau (1638-1734), era o local onde se exercitava um jogo que se fazia “numa mesa comprida, cuberta de hum panno verde, bem estendido, & bem pregado”, com bolas pequenas de marfim e com tacos (Bluteau, 1721, p. 317). Para melhor traçar um paralelo com o atual jogo de bilhar, importa reforçar o facto do

³⁰ *Idem*, N.º 91, f. 5-6.

autor acrescentar que “fazer truque” era “meter a bola pela ventanilha” por forma a que caísse numa espécie de porta de ferro, situada na extremidade da mesa (Bluteau, 1721, p. 317). O costume de se jogar era mais frequente do que se supunha. António Franco, na obra *Évora Ilustrada*, alude, a propósito da Quinta de Valbom do Colégio do Espírito Santo de Évora, a uma “sala do jôgo” (1945, p. 265-266). Também no colégio dos jesuítas de Angra e conforme se pode ler na planta de transformação do espaço numa residência oficial³¹, um dos compartimentos do piso superior é denominado como “caza do bilhar”³².

O conjunto tinha também, no que a equipamentos complementares diz respeito, um pátio com cisterna, dispensa, casa da fruta, adega, lagarissa, estrebaria e galinheiros. Com efeito, quaisquer destes espaços eram essenciais para o bom funcionamento da quinta e para se tirar partido dos recursos extraídos da mesma: a casa da fruta para conservar frutos e alguns legumes por largos meses; a lagarissa para processar toda a azeitona do olival acima mencionado; a estrebaria, para alojar animais; e galinheiros, para garantir a produção necessária para fazer frente ao consumo de carne.

Considerando a menção a uma “casa debaixo da varanda” e a “escadas”, supomos que o aglomerado principal teria dois pisos³³. Essa situação também não era inédita, pois se atentarmos a outras residências em quintas da Companhia de Jesus, podemos igualmente verificar a existência de mais do que um andar, e de galerias de recreação, como se constata na Quinta da Rica Fé (Bragança), na Quinta de Santa Bárbara (Constância), na Quinta de São Silvestre (Pernes) ou na Quinta de Valbom (Évora), entre outras.

Quanto aos trabalhos, sabemos terem sido reformados os telhados, por chover muito nas diversas dependências; a parede do lagar também foi feita de novo, bem como a entrada, com uma abóbada de “tijolo singelo”³⁴. Foi igualmente nesta campanha de obra que se refez parte da capela, mormente a parede da parte esquerda, que, por ter muitas “portas velhas tapadas com pedra, e barro”, foi praticamente reconstruída, e as restantes foram picadas, rebocadas e guarnecidas. Nesse local, o sistema de cobertura e respetivo forro, em madeira, foram ainda substituídos por outra abóbada de tijolo, à semelhança do que se havia feito na entrada³⁵. Na entrada da sala “para o corredor da parte esquerda” fez-se uma “meia parede de pedra, e cal em lugar do frontal, que por velho estava torto, feyo e incapaz”³⁶. Outra obra, de natureza estrutural, fundamental para o entendimento de uma ação reformadora que visou a substituição de alguns materiais por outros mais robustos, foi a da escada de tijolo, por onde se acedia à casa do lavatório, que se substituiu por uma de pedra³⁷. Construções igualmente importantes, mas de menores dimensões, reformadas nesta ocasião, foram as dos canteiros e alegretes que se encontravam no pátio da cisterna, e as manjedouras. Por fim, evidenciando a orografia, destaca-se a necessidade que existiu em se fazer em frente à porta da sala “huma parede rebocada para sustentar a terra com suas escadas por partes, e junto della varias estacas de arvores”³⁸.

Relativamente aos revestimentos e acabamentos, assinalam-se, por diversas vezes, ao longo do manuscrito, os rebocos aplicados na cozinha e na adega, na entrada da zona dos cubículos e na já mencionada lagarissa. Ao longo das múltiplas anotações verifica-se também a referência sistemática a remates em obras de cantaria, quer na

³¹ Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas (BAHOP), D19: Colégio dos Jesuítas. Projecto de transformação em residência oficial, João António Júdice. Séc. XVIII.

³² Apesar de o conjunto de plantas se referir à adaptação do antigo colégio a um novo uso e de se referirem, em simultâneo, áreas que eram usadas pelos jesuítas e áreas a figurar no novo programa, parece-nos bastante provável, face ao apresentado no presente estudo, que a “caza do bilhar” correspondesse a uma sala de jogo do colégio.

³³ BNP, Reservados, Mss. 26, N.º 100, f. 10-10v.

³⁴ *Idem*, N.º 91, f. 5.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Idem*, f. 5v.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

substituição de simples aduelas e molduras de janelas e portas, quer na colocação de novas pedras no lavatório. Também o trabalho de substituição de peças de carpintaria, a saber, em portas e armários, foi destacada nesta listagem, evidenciando-se ainda o acabamento pictórico das mesmas, a óleo, provindo da Botica [do Colégio de Santo Antão]³⁹. Por último, verdadeiramente indicador da alteração de gosto, mas também da capacidade de aproveitar materiais, foi a nota sobre o aproveitamento da estrutura retabular de talha que se trasladara da capela da Quinta de Caniços e que nestes anos foi recolocada na capela da Quinta de Xabregas: “Na capella se poz hum Retablo dourado, *que* fora da capella de Canissos por la se fazer de pedra”⁴⁰. Essa estrutura retabular foi assente por um carpinteiro anónimo, que lhe fez algumas molduras que estavam em falta, a quem se pagou 1.320 réis, e foi, possivelmente, retocada, pelo já mencionado entalhador Miguel Rodrigues, atendendo à parca importância de 800 réis que comparativamente se lhe pagou⁴¹. A estrutura foi ainda pintada “fingindo pedras de varias castas e cores”, sendo esse trabalho custeado pelo padre José de Araújo⁴² e o trabalho pictórico dos fingidos realizado pelo pintor António Francisco, possivelmente aquele que é referenciado na irmandade de São Lucas em 1745, morador às Olarias, em Lisboa (Flor e Flor, 2016, p. 111). Na sequência desta ideia de reutilizar materiais, importa destacar ainda que foram acrescentados degraus, tirados de outra escada do colégio [de Santo Antão-o-Novo], na circunstância da primitiva ter sido substituída “quando fez outra famosa o Padre Carbone”⁴³. Padre esse que, à semelhança do padre Cristóvão de Gouveia, comissionou um número bastante significativo de obras em Santo Antão-o-Novo e custeou outro tanto acervo móvel.

Pelo mesmo tempo, porque o controlo das obras era feito a partir da casa de Santo Antão-o-Novo, como foi acima referido, e porque este era concretizado pelas mãos dos mesmos agentes, deve-se integrar a informação dos melhoramentos empreendidos na casa-mãe, particularmente pela circunstância de se subtraírem novos conhecimentos acerca do edificado, dos espaços que o constituíam e dos materiais utilizados em estruturas, revestimentos e acabamentos⁴⁴. O já mencionado manuscrito respeitante ao triénio governado pelo padre Miguel de Almeida, informa-nos quer de obras de natureza estrutural que ainda se iam fazendo, quer dos melhoramentos de natureza plástica e visual que iam transformando o aspeto do mesmo.

Relativamente a intervenções de fundo, salientam-se algumas no edifício principal, como aquelas operadas no alpendre da portaria comum, na parede onde estava o acesso ao pátio dos estudos, numa das três casas da livraria, na lavandaria, onde se fez um lanço de parede novo para a porta do carro, no pátio dos moços, onde se fez uma escada, e nas retretes, mas também em espaços adjacentes, como na casa dos lavatórios, nos tanques, na cerca, no “muro defronte do conuento de Santa Anna athe as cazas nouas do collegio” e nos galinheiros, “para evitar os muitos ratos, *que* entravão, e descião pellas paredes, e fazião cada dia grande estrago nos frangos, e gallinhas”⁴⁵. Estas obras são particularmente interessantes no que toca à aparência do edifício, e ao impacte visual que o mesmo tinha na vista da cidade, pois continuava-se a aformosear o *facies* da igreja e dos restantes panejamentos murários. Veja-se, pois, o facto de se ter ornado todo o frontispício e empena da igreja, e de nele se terem feito “3 janellas com correspondencia”⁴⁶. A introdução de um alpendre na portaria comum, a fim de se “evitar a indecencia de hum telheyro tasquissimo, e indigno, *que* tinha ha // 34 para 35 annos” consolida esta ideia de constante transformação⁴⁷.

³⁹ *Idem*, f. 5.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Idem*, N.º 100, f. 10.

⁴² *Idem*, N.º 91, f. 5v.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ Não é propósito deste estudo traçar o estado da arte do Colégio de Santo Antão-o-Novo, nem cotejar com obras anteriormente divulgadas, mas somente traçar um paralelismo com aquelas operadas na mesma data na Quinta de Xabregas.

⁴⁵ BNP, Reservados, Mss. 26, N.º 91, f. 1.

⁴⁶ *Idem*, f. 10v.

⁴⁷ *Idem*, f. 1-1v.

O mesmo tipo de beneficiação na fachada principal do colégio foi também observado a partir do momento em que se colocaram “duas columnas com suas bases, e capiteis” que se realizaram para esse paramento⁴⁸, e que se dá notícia que se ia fazendo a segunda torre da igreja, e que para segurança dela se fizeram na parede de baixo novos cunhais, e em cima arcos de pedra de cantaria”⁴⁹. O facto de se abrirem inúmeras janelas nos cubículos do corredor de cima, para uniformizar a aparência do alçado, e para minimizar o perigo das estruturas e vidros caírem no pátio, como já havia acontecido, é significativo para o entendimento que hoje temos deste complexo edificado⁵⁰.

Quanto à questão da relação entre o edifício e a cidade, e o quanto as obras modelaram o rosto da mesma, esta pode ser confirmada com aquando da introdução de “huma cruz de pedra de cantaria lavrada” na porta de entrada da cerca, entre outros exemplos. Por outro lado, e embora implantado bem no coração de Lisboa, com vista para a colina do castelo, importa sublinhar que este aglomerado conservava ainda uma certa ruralidade, vivida no interior do mesmo, como se denota ao saber da existência de uma vinha, de um laranjal e de uma nora, esta última mencionada a propósito da abertura de fundações para seis arcos, que iam desde a dita nora até ao tanque da cerca, “por estarem os antigos com espeques⁵¹ de 3 columnas tortos, e ameçarem ruína”⁵². A parede de fora, “que era de terra”, foi a dado momento reedificada de “pedra e cal: e de pedra de cantaria a janella” da dita parede, consubstanciando, desta feita, a ideia da introdução de materiais mais resistentes e duradouros⁵³.

No que refere aos revestimentos e acabamentos, igualmente impactantes no discurso visual produzido no exterior, atente-se a inúmeras alusões a rebocos pela parte de fora do complexo, a caiações e ao facto das janelas terem sido a dada altura todas pintadas de verde⁵⁴. Tal introdução cromática deverá ter configurado uma nova aparência, mais contrastante, ao edifício, e logo, mais impactante na cidade. A mesma importância deve ser concedida ao facto de se ter lajeado de novo uma parede, de se ter feito um novo sobrado e “huma bella, e grande caza para despejos de cousas especiais da Botica”, bem como ao facto de se ter assoalhado um novo cubículo, provido com um grande “almario novo, pintado, [...] a expensas do Irmão Alexandre Botelho”⁵⁵. Foi ainda aplicada na cozinha, uma “coberta de madeyra forrada de folha de Flandres para evitar com a lavaredas, e faiscas, que sobem, algum incendio na cozinha, como ja se tinha visto” e ladrilhou-se de novo o forno da cozinha, e o de cozer o pão da comunidade⁵⁶. Ladrilhou-se também o corredor da livraria⁵⁷ e as portas das secretas foram pintadas a óleo, com duas demãos⁵⁸. Já as três casas da nova livraria foram forradas de madeira de bordo e de pano, “para a pintura ficar melhor”, e assoalhadas com madeiras do Brasil de várias cores⁵⁹.

Simultaneamente, a Capela de São Francisco Xavier foi totalmente renovada e dotada de novos equipamentos: “De traz do Retabollo se preparou a caza de carpenteiros, e pedreiros; e na tribuna de cima se argamaçou a caza dentro, poz se porta capaz, e huma como varanda para se sobir por escada para ella”⁶⁰. O retábulo-mor foi novamente dourado e encomendaram-se seis castiçais de madeira prateados, que custaram 12.000 réis, ao entalhador Miguel Rodrigues⁶¹. Relativamente a esse mestre, quase desconhecido, sabe-se que foi através da sua obra que se

⁴⁸ *Idem*, f. 1v.

⁴⁹ *Idem*, f. 9v.

⁵⁰ *Idem*, f. 10v.

⁵¹ Travejamentos ou escoras.

⁵² BNP, Reservados, Mss. 26, N.º 91, f. 11.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Idem*, f. 10.

⁵⁵ *Idem*, f. 11v.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Idem*, f. 10.

⁵⁸ *Idem*, f. 12.

⁵⁹ *Idem*, f. 10.

⁶⁰ *Idem*, f. 2v.

⁶¹ *Ibidem*.

introduziu um novo figurino de talha em Évora, a partir de 1718, quando assumiu a obra de duas capelas da igreja do Convento de Santa Clara dessa cidade (Lameira e Serrão, 2005, p. 310; Lameira, 2015). O padre João Baptista Carbone (1694-1750) (Tirapicos, 2017) deu, por sua vez, para a mesma capela de São Francisco Xavier, um cálice “excelentemente lavrado feito em Roma” e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição com “huma coroa dourada preciosa”, e o padre Marcelo Leitão (1679-1755) deu uma estante e um missal⁶². O espaço devia ter sacristia própria, pois fez-se na mesma altura um arcaz de pau-preto para os ornamentos, que custou de feitio e ferragens cerca de 60.000 réis⁶³. Por fim, por ser igualmente marcante, quer no âmbito do património material, quer imaterial, importa mencionar o impacte causado pela aquisição de quatro novos sinos, a saber: um de 26 arrobas, outro consagrado a São Francisco Xavier de 115 arrobas, o terceiro com 35 arrobas e o quarto de 24 arrobas. Tendo sido o primeiro sino rejeitado, fez-se um segundo, com 134 arrobas, batizado com o nome de Santo Inácio, sagrado por D. José Dantas Barbosa, Arcebispo de Lacedemonia, a 25 de julho de 1747. A cerimónia foi realizada no terreiro junto da pranchada, debaixo de uma barraca de guerra, toda forrada de damasco, emprestada pelo rei⁶⁴.

CONCLUSÃO

O estudo que se apresentou permitiu-nos reconhecer *grosso modo* a implantação de uma quinta de recreio jesuíta de fundação quinhentista, afeta ao Colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa e localizada em Xabregas, praticamente ignorada da historiografia inaciana e da olisipografia. A investigação, que teve como ponto de partida a localização do espaço, a compreensão do seu crescimento e subsequente fragmentação do mesmo em artigos, possibilitou ainda a compreensão de aspetos singulares, como a existência de pedreiras e de recursos hídricos, ou mesmo a organização do espaço edificado e os processos construtivos levados a cabo em alguns espaços, e, por fim, o emprego de materiais, que por vezes foram reaproveitados de outros edifícios.

Na mesma pesquisa foram ainda equacionados alguns dos intervenientes, que conseguimos apurar terem sido responsáveis por determinadas opções técnicas e plásticas, cujo conhecimento do território e gosto por determinados paradigmas de cultura material terá sido determinante para a escolha do local de implantação, mas também dos acabamentos. Complementarmente, foi integrada informação semelhante, operada dentro das mesmas balizas cronológicas no Colégio de Santo Antão-o-Novo, não só por ser a “casa-mãe”, a partir da qual eram geridas as obras da Quinta de Xabregas, mas também por ser o local de partida de materiais, reutilizados nessa estância.

Por fim, resta-nos salientar que lamentavelmente não nos foi possível, dada a extensão do texto, avançar numa análise comparativa com outros estudos de casos similares, pelo que consideramos este estudo como um ponto de partida para outro maior, onde essa questão, e outras, poderão ser mais detalhadas e desenvolvidas, sobretudo numa perspetiva geográfica mais alargada.

⁶² *Idem*, f. 2.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Idem*, f. 8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... auto-rizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...* Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1721. vol. VIII.

FRANCO, António – *Imagem da virtude Em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio do Espirito Santo de Evora do Reyno de Portugal*. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1714.

FRANCO, António – *Synopsis annalium Societatis Iesu*. Augustae-Vindelicorum Graecii: sumptibus Philippi, Martini, & Joannis Veith, Haeredum, 1726.

Gazeta de Lisboa [Em linha]. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodriguez Galhardo. Nº 144 (19 de junho de 1811). [Consult. 15/12/2020]. Disponível na Internet: <https://books.google.pt/books?id=L2tVAAAAYAAJ&pg=PT116&dq=quinta+das+letradas+lisboa&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi70oGGm9PtAhWk2eAKHaQDAR4Q6AEwCHoECACQAg#v=onepage&q=quinta%20das%20letradas%20lisboa&f=false>.

TELLEZ, Balthazar – *Chronica da Companhia de Iesv na Provincia de Portugal*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645. primeira parte.

ESTUDOS

FLOR, Susana Varela; FLOR, Pedro – *Pintores de Lisboa: séculos XVII-XVIII: a irmandade de S. Lucas*. Lisboa: Scribe, 2016.

FRANCO, António – *Évora ilustrada*. Évora: Edições Nazareth, 1945.

LAMEIRA, Francisco – O retábulo da capela-mor da igreja do Mosteiro da Cartuxa de Évora (projecto de José Benito de Churriguera?). In *ÉVORA. Arquivo Distrital – Documentos para a história da talha dourada e azulejo em Évora: catálogo da exposição*. Évora: Arquivo Distrital, 2015. p. 21-30.

LAMEIRA, Francisco; SERRÃO, Vítor – O retábulo em Portugal: o Barroco Final (1713-1746). *Promontoria*. Nº 3 (2005), p. 287-315.

Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa: Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes [Em linha]. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1857. tomo II, parte 1. [Consult. 15/12/2020]. Disponível na Internet: https://books.google.pt/books?id=QyJH0jAjFV8C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

RODRIGUES, Francisco – *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Pôrto: Apostolado da Imprensa, 1931-1950. tomo II: Acção crescente da Província Portuguesa 1560-1615, vol. I: Expansão, Vida interna, Ministérios, 1938.

TIRAPICOS, Luís Artur Marques – *Ciência e diplomacia na corte de D. João V: a acção de João Baptista Carbone, 1722-1750*. Lisboa: [s.n.], 2017. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Submissão/submission: 30/12/2020

Aceitação/approval: 07/04/2021

Inês Maria Melo Gato de Pinho, CiTUA – Center for Innovation in Territory, Urbanism, and Architecture, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, 1049-001 Lisboa, Portugal. inesgatodepinho@tecnico.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0003-1847-4602>

Maria João Fontes Pereira Coutinho, IHA / NOVA FCSH – Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. mjpereiracoutinho.iha@fcs.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0001-9323-3345>

PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira – Do Colégio de Santo Antão ao Alto de São João: território, obras e materiais da Quinta de Xabregas (século XVIII).
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série N.º 16 (julho-dezembro 2021), p. 115 – 135.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/16/09_colegio.pdf

Licença Creative Commons CC-BY-NC 4.0

